

JORNALISTAS E TEORIAS: CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

Mozahir Salomão Bruck

Doutor

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

mozahir@uol.com.br

Resumo

Este artigo se propõe a uma reflexão que tem como ponto de partida o pressuposto de que as teorias, conceitos e noções desenvolvidos especialmente nas últimas décadas em todo o mundo acerca do jornalismo, como campo de conhecimento e vetor de influência social, pouco parecem influenciar ou contribuir para mitigar muitos dos principais desvios, incongruências e deficiências historicamente diagnosticadas em relação ao fazer jornalístico. Em suma, pergunta-se: por que os estudos teóricos do jornalismo contribuem pouco para melhorar as práticas profissionais do campo? Tal questão parece ganhar ainda mais relevância na medida em que, em termos de sua função de enquadramento e mediação do cotidiano e nas suas conhecidas formas em termos de dispositivo sócio-técnico, o próprio jornalismo tem experimentado importantes alterações em seus modos de produção e distribuição dos enunciados por meio dos quais tenta dar conta de apresentar a seus públicos o cotidiano em que esses estão inseridos.

Palavras-chave

Jornalismo, teorias, práticas profissionais.

1 A busca de uma consistência teórica para o fazer jornalístico

Se inicialmente os estudos sobre os elementos e processos do jornalismo se valeram de conceitos e perspectivas tomados emprestados de outros campos de conhecimento (o que ainda se mostra inevitável), pode-se dizer que aqueles que, na atualidade, se dedicam a refletir sobre o mundo do jornalismo contam com um leque mais ampliado de conceitos,

noções, protocolos, procedimentos e ferramentas de análise próprios e mais apropriados para se pensar esse campo. Não parece incorreto afirmar que a emergência da expressão 'teoria do jornalismo' (que trouxe consigo divergências e mesmo questionamentos acerca de sua efetiva adequação em termos de consistência científica) se deu, no Brasil, nos anos 1970, quando autores como Adelmo Genro Filho e, logo em seguida, Nilson Lage e Ciro Marcondes Filho, entre outros, buscaram, à época, esboçar um quadro teórico que, em seu conjunto, oferecesse noções e ferramentas para uma compreensão mais clara dos modos, impactos e forma de presença na sociedade das notícias e da imprensa que as proporcionava.

O que se denominou, a partir de então, de teorias do jornalismo, parece ter ganhado densidade e sistematização na década de 90 do século passado, no Brasil, quando outros pesquisadores se somaram àqueles precursores do jornalismo como objeto de estudo. Some-se a isso, certamente, a facilitação do acesso a estudos e pesquisas que também já vinham sendo realizados em outros países, especialmente com a expansão da internet, facilitação da importação de livros e, claro, a inclusão do jornalismo como objeto digno de estudo por um número maior de pesquisadores.

Foi nas décadas mais recentes, enfim, que, na perspectiva de Bourdieu, o jornalismo estruturou-se e condensou-se como campo de conhecimento e reflexão das práticas sociais/profissionais a que está associado. O jornalismo, de natureza marcadamente informativa, operacionaliza discursos que têm como pretensão a reposição do real. De atendimento a esse desejo interno e obsessivo do homem de fruição do presente. De estabelecimento de um amplo, mas muitas vezes discriminador e excludente espaço público midiático (no caso do jornalismo, em termos dos grupos e pessoas que nele são retratados) e que retroalimenta a permanente ilusão de onisciência, ubiquidade e de controle sobre o tempo real.

O pesquisador Nelson Traquina, que há mais de duas décadas procura sistematizar as teorias fundamentais e estruturantes acerca do jornalismo, entende que apesar de existir um amplo acervo de estudos sobre o tema elaborados no mundo todo desde a década de 1930, quando foram criados os cursos de Mestrado e Doutorado nos Estados Unidos, não é possível afirmar que haja respostas exatamente satisfatórias aos principais impactos desses estudos junto dos meios de comunicação e dos profissionais que neles atuam, junto à sociedade e por parte desta. Ao longo de várias décadas, e depois de muitos estudos realizados sobre o jornalismo, é possível esboçar a existência de várias teorias que tentam responder à pergunta 'por que as notícias são como são', levando-se em conta o fato de que

a utilização aí do termo “teoria” é discutível, pois pode também significar, na verdade, apenas uma explicação interessante e plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições (TRAQUINA, 2004, p. 146).

Curioso perceber, no entanto, que mesmo que tais estudos sobre o jornalismo tenham se intensificado, multiplicado e ampliado sua abrangência em termos dos temas e perspectivas a que se dedicam, a sensação que prevalece é um alheamento do âmbito profissional/prático em relação as suas análises, diagnósticos e prescrições. A sugestão é de que o ambiente profissional toma, prioritariamente, como referência e iluminação, para a tentativa de compreensão de si mesmo e da *práxis* jornalística que engendra, as próprias experiências que constrói, voltando o olhar exclusiva e insistentemente para os caminhos já percorridos. Parecem, por isso mesmo, os jornalistas, em seu exercício profissional, assim como os *media* em que atuam, prescindir das reflexões e diagnósticos resultantes de décadas de pesquisas e análises que estudiosos lhe dedicam sobre os fenômenos presentes no campo como enquadramentos, agendamentos, rotinas produtivas, contratos de leitura e de vinculação social, entre tantos outros. Vários autores, em relação ao exercício do jornalismo, fazem referência à existência de uma mitologia profissional (WOLF, 1999) constituída por representações e imaginários que acabaria por preencher os vazios de explicação e compreensão acerca das circunstâncias e dinâmicas do trabalho jornalístico.

Para o desenvolvimento desta reflexão, deparamo-nos com várias possibilidades em termos dos aspectos nocionais acerca da cultura profissional e da organização das rotinas produtivas nas redações e do acontecimento e da notícia como objetos teóricos, que mereceram e ainda têm recebido, nas últimas décadas, especial atenção de estudiosos e pesquisadores. Tais estudos, muitos deles de inegável aprofundamento, indicaram que, seja no plano do fabrico da notícia (os processos de busca e relato da informação jornalística), seja na superfície da narrativa empreendida pelo jornalismo (as estratégias discursivas e as especificidades midiáticas) ou no modo como o jornalismo impacta os receptores e é percebido por esses (os estudos de recepção), o mundo do jornalismo se institui e institui seu discurso a partir de processos altamente complexos - complexidade que o profissional jornalista tende a minimizar ou simplesmente negar.

Optou-se por abordar aqui os estudos mais direcionados para a tentativa de compreensão da atuação profissional e que mereceram atenção de estudiosos e teóricos, a saber: *i*) as conceituações acerca do acontecimento jornalístico e da notícia; *ii*) a natureza compartimentada e serial das rotinas produtivas (*newsmaking*) e *iii*) os constrangimentos

organizacionais, a partir de Warren Breed. Nosso objetivo, com a recuperação dessas noções, é corroborar a estreita ligação entre tais estudos e a prática profissional, locus de observação e emergência dessas mesmas investigações.

Para embasar a discussão a que se propôs, este artigo se valeu também dos anais das três últimas edições dos congressos nacionais dos jornalistas brasileiros, promovidos pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Os debates ocorridos nessas ocasiões entre os representantes da categoria apontam, como se verá à frente, para a defesa da formação em nível superior e de qualidade para o jornalista, mas, em nenhum momento incluem a necessidade de que as práticas profissionais do jornalismo sejam pensadas criticamente a partir dos estudos e pesquisas que já ofereceram um farto diagnóstico sobre o complexo e intrincado mundo do jornalismo e da imprensa. Ou seja, o jornalista parece perceber a relevância e seriedade de tais apontamentos, mas, por uma série de motivos não os compreende, no sentido de acolhê-los e assumi-los como pontos de reflexão crítica sobre seu trabalho e possibilidade efetiva de rever suas práticas.

2 Acerca dos conceitos de acontecimento e notícia

Coincidem com o surgimento das próprias noções de acontecimento e de notícia, as críticas e questionamentos por parte de intelectuais de áreas como a Filosofia, as Ciências Sociais, as Ciências Exatas, entre tantas outras áreas, a respeito da mediação que o jornalismo faz do real. Ataca-se o jornalismo, fundamentalmente, pela sua natureza fragmentária e sua superficialidade e, em termos éticos, além da parcialidade e falta de objetividade (a despeito dos compromissos que reafirma e da imagem que constrói de si mesmo), muitas vezes, pelas práticas sensacionalistas e flagrantemente desrespeitosas àquelas pessoas citadas nas coberturas.

Não é exagero afirmar, sobre o campo do jornalismo, que nas últimas décadas inúmeros teóricos têm se dedicado a desmontar o “edifício conceitual que sustentava a frágil vontade do jornalismo de correspondência com o real” (MAROCCO, 2009). Citado pela autora, Foucault - cujos escritos sobre jornalismo e mídia, na verdade, são esparsos e pontuais – sinalizou que o jornalismo foi uma invenção fundamental do século XIX e acabou por manifestar o caráter utópico de uma política do olhar, de toda uma crença moderna de que o poder poderia ser exercido em uma circunstância de visibilidade completa, numa sociedade transparente. O jornalismo, aí, como um saber, no sentido foucaultiano: definido

pelas combinações do visível e do dizível próprias de cada estrato, de cada formação histórica (MAROCCO, 2009).

A notícia, unidade geneticamente jornalística - aliás, sua unidade básica - parece, cada vez mais, emprestar suas formas e medidas a dispositivos enunciativos e proposições de contratação de leitura de natureza e intencionalidades muito diferentes daquelas que o campo jornalístico historicamente construiu. A aceleração e o destroçamento da referência territorial na circulação de informações no planeta acentuaram, no jornalismo, características como a superficialidade e a precibilidade da notícia. Nada o é exatamente assim e nem também assim por muito tempo. O mundo se nos apresenta como um carrossel curto-circuitado e descontrolado, em que giramos em alta velocidade tendo a nossa volta a mesma paisagem com poucas alterações - mas do qual não se pode descer..

Desde sempre sabemos que o tipo de conhecimento promovido pelo jornalismo - por meio da notícia - é limitado e de curto período de validade. Se a fotografia mostrou-se, por muito tempo, uma boa metáfora para a notícia - pois como aquela também é resultado de escolhas (angulação) e mais exclui do que mostra (enquadramento) - hoje essa comparação se mostra insuficiente e o sentido que ela produz já não dá conta da complexidade do mundo informativo. A fotografia congela no tempo e é um registro para a memória. Já há algum tempo o jornalismo distanciou-se da memória e da História. É o agora passante. Em instantes, o agora passado. Talvez o *close* de uma câmera nervosa e trêmula, em alguns momentos desfocada, baldeando pela paisagem e ao vivo - visada que se perderá para sempre - seja, hoje, a mais pertinente metáfora da notícia.

Em um *modus operandi* em que os fundamentais parâmetros éticos parecem, sem rigorosa e imediata resistência, muitas vezes ceder às determinações de natureza estética, técnica e econômica, o jornalista trabalha com o objetivo de construir um real. Como também destacou Fausto Neto, a cena primária - o ocorrido - não pode ser restituído. Mas ao movimentar suas éticas e deontologia para reavê-la, o jornalista " é escravizado pelo jogo da linguagem, exatamente por onde pensar dar conta da falta da cena original. Acaba, então, produzindo novas versões, novas cenas - muitas delas tão imaginativas quanto aquelas apresentadas por suas fontes." (FAUSTO NETO, 1998).

Ao construir a notícia, o jornalista está vulnerável a interferências de caráter ético, político, ideológico, psicológico - para citar algumas. Ao estabelecer seus recortes - dado que notícia é, na sua constituição, fragmentária - o jornalista faz opções de seleção e rejeição de dados e informações - para construir seu relato. A notícia não é e não pode ser

tomada como o fato em si. É mero relato. Usando o conceito de Miquel Alsina é a “representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. É, antes, uma remodelação, uma construção mental do objeto, concebido como não separável da atividade simbólica de um sujeito, inserido no campo social (Alsina, 1989, p.93).

Superficial, aparente e de uma circularidade que nos seqüestra: assim é a notícia. E de outra maneira não poderia sê-lo, em função do seu objeto que é o acontecimento na fugacidade do cotidiano. A pesquisa sobre o jornalismo, por sua vez, há décadas, enfatiza as limitações deste campo como modo de conhecimento do mundo e de mediação do chamado real. Para tanto, inúmeras teorias e processos de análise já foram sistematizados e revisitados sinalizando que aquilo que o jornalista entrega ao receptor é apenas mais uma versão do ocorrido – apesar de ser um discurso embasado em uma contratação cujas cláusulas principais são o compromisso com a objetividade e a imparcialidade no relato. Mas exatamente por tal narrativa só se concretizar pela linguagem é que o jornalista vê sua almejada objetividade obstaculizada.

Importa observar que levar em conta o que preconizam os conceitos e noções a respeito tanto do acontecimento quanto da notícia proporcionaria, no mínimo, ao jornalista melhores condições para, por um lado, relacionar-se com menos angústia e com mais assertividade com o real que se lhe apresenta, e, por outro, ter a consciência de que no espaço/tempo da notícia cabe sempre muito pouco.

3 Os estudos sobre as rotinas produtivas e os alertas sobre os constrangimentos organizacionais

A complexificação dos processos de produção e circulação da notícia – que acompanha a complexificação da própria sociedade – já há muito assinalou alterações substanciais nas rotinas produtivas do jornalismo, estabelecendo – observadas particularidades culturais e regionais – novos parâmetros técnicos e referências éticas no balizamento da construção do conteúdo noticioso. A começar por uma constatação cruel para os jornalistas: o jornalismo perdeu a legitimidade exclusiva de informar à sociedade. A explosão de conteúdos pretensamente noticiosos na internet e outros ambientes de distribuição digital a partir de formatos que associam informação (que acabam não diferenciando notícia, curiosidades, banalidades) e entretenimento se soma (e se articula?) a essa mesma tendência verificada,

curiosamente, também mesmo em tradicionais ambientes midiáticos, como o rádio e a televisão.

Mauro Wolf (1999), ao analisar as *routinées* produtivas, observa que o elemento fundamental das mesmas é a escassez de tempo e de meios (recursos) para a que o jornalista realize seu trabalho. As rotinas se dariam em três fases: a coleta, a seleção e o *editing* e sua divulgação, ou seja, a apresentação. Para o autor, a fase da coleta negaria o essencial da ideologia profissional que retrata o jornalista como alguém que tem como atividade principal a caça de notícias. Wolf destaca que os canais de coleta de material já estão profundamente estruturados em função de avaliações de noticiabilidade: redes estáveis de fontes. Isso faz com que a fase da coleta seja influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, o que acabaria privilegiando os canais de coleta e fontes que melhor satisfazem essa exigência: fontes institucionais e as agências. A forma de organizar a coleta de materiais noticiáveis e a necessidade de rotinizar o trabalho levariam, assim, a uma redução dos possíveis canais de coleta - prevalecendo exigências de ordem operativa (racionalização do trabalho, redução de custos, redução dos tempos etc).

Isso equivale a dizer que o jornalismo depende intensamente de pautas produzidas e daquelas consideradas “frias”. Como também nos leva a considerar a importância que acabam por ter, para as redações, o que o autor denomina de redes estáveis de fontes, pois elas alimentam as edições diárias dos jornais em dias “fracos” de pautas quentes. É o conteúdo submetido às determinações do formato. Independentemente dos acontecimentos – previstos e imprevistos - do dia, os jornais na mídia eletrônica (rádio e tevê) possuem um tempo fixo a ser preenchido, assim como se dá com os jornais impressos em termos do seu espaço.

A fase seguinte das rotinas produtivas, a seleção dos acontecimentos, tomando-se ainda como referência Mauro Wolf, pode lançar luzes também para uma reflexão sobre o exercício profissional do jornalista. A triagem e organização do material que chega à redação constituem o processo de conversão do acontecimento em notícia. O autor destaca que a seleção não é apenas uma escolha subjetiva do jornalista – mas institui-se como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho. As motivações nem sempre têm a ver apenas com a necessidade de produzir e transmitir notícias e que predomina nessas fases de seleção e produção um discurso de “eficiência” para que se alcance o máximo de rendimento de três recursos: pessoal, o formato e o tempo de produção. Wolf lembra ainda que o processo de seleção é um funil. Contém histórias de

ontem, atuais e as permanentemente adiáveis – que podem ser retiradas a qualquer momento para dar lugar às *breaking stories* (notícias não previstas). Ainda sobre as fontes de informação, o autor destaca que estas nem são todas iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído. Como assinala o autor, aqueles que detêm poder econômico ou financeiro podem, com facilidade, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a esses. Situação oposta daqueles que não possuem qualquer poder – mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas, “até que as suas ações produzam efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos” (WOLF, 1999, p.224).

Sobre a terceira fase, o *editing* e apresentação, os estudiosos do *newsmaking* (que têm como objetos de pesquisa a cultura profissional e a organização do trabalho e dos processos produtivos dos jornalistas) enfatizam o fato de que o tratamento dispensado aos acontecimentos jornalísticos se dá entre dois movimentos: o de descontextualizar o fato do quadro social-histórico-político-cultural e reinseri-lo, agora como acontecimento jornalístico, no contexto constituído pela complexa engrenagem midiática. Sobre este processo, Wolf nos lembra que o fundamento principal da atividade de *editing*, nos noticiários, é “ transformar o acontecimento numa história com princípio, meio e fim. (WOLF, 1999,p. 245). E ainda:

O *editing* tem, portanto, como objectivo fornecer uma representação sintética, necessariamente breve,visualmente coerente e poossivelmente significativa do objecto da notícia. Imposto pelas exigências e pelas técnicas produtivas, transforma-se em algo muito diferente. Transforma-se num modo de condensar, focalizar a atenção em certos aspectos do acontecimento (*highlighthing*) e se traduz-se, presumivelmente, numa maneira semelhante de captar, codificar e memorizar as informações recebidas (WOLF,1999, p.245).

Entre as teorias do século XX sobre o jornalismo, a teoria organizacional , formulada por Warren Breed e mencionada por Traquina (2000), trata dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista. Ela mostra que, a todo momento, o jornalista parece levado a ser “socializado” na política editorial da organização, através de uma sucessão sutil de recompensas e punições. E que muitas vezes (infelizmente, a maioria), ele se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que tivesse trazido consigo para o veículo onde trabalha.

Breed identifica alguns fatores que levariam a um conformismo com a política editorial da organização (e que enfatizaria uma cultura organizacional, ao invés de uma

cultura profissional): *i*) autoridade institucional e as sanções – muitas das sanções exercidas nas rotinas produtivas, ou seja, desde a distribuição das pautas ou exclusão de matérias; *ii*) sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; *c*) ausência de grupos de lealdade em conflito – a resistência em muitas redações da presença e atuação da representação sindical; *iii*) o prazer da atividade – jornalistas gostam de seu trabalho, as tarefas são interessantes, resultam em satisfações de caráter não-financeiro e *iv*) as notícias como valor – a harmonia entre jornalistas e a direção é cimentada pelo interesse comum pela notícia.

Sem entrar no mérito ou julgamento de valor e aplicabilidade da teoria, os apontamentos de Breed colocam-se como pontos instigantes para pensar sobre o exercício da profissão. Listá-los nesta discussão tem o exclusivo objetivo de compreender melhor por que tais cerceamentos ainda se dão. Certamente, não se pode desconhecer como causa o fato de a história do jornalismo no Brasil ser marcada pela neutralização do profissional jornalista enquanto sujeito, ator e autor intelectual. Produtor de conteúdo e de conhecimento. Uma anulação que começa (ou termina) pelo texto – onde ele é, por determinação de obtusos manuais, obrigado a apagar suas marcas enquanto enunciador e sujeito observador - e se dissemina por todo o processo de produção jornalística.

Talvez a mais incômoda das discussões propostas neste conjunto de reflexões, os estudos acerca dos constrangimentos organizacionais, também nos deixam outro alerta: a de que os constrangimentos e coerções não têm origem única, ou seja, os padrões e seus prepostos. O ponto de partida pode ser também o próprio grupo redacional que, em geral, veladamente, pactua e acorda valores e percepções acerca dos mais distintos e também polêmicos temas do cotidiano – uma complexa teia de cumplicidade ideológica que, na sua inexorável ambigüidade, sustenta e ao mesmo tempo aprisiona o grupo. Complexidades nem sempre devidamente observadas e problematizadas pela categoria dos jornalistas.

4 Sindicatos defendem boa formação para estudantes, mas os jornalistas ligam para a teoria?

Não é demasiado lembrar também que os jornalistas constituem um grupo social que partilha de um imaginário de representações (Ponte, 2005) sobre seu próprio ofício. Para a categoria, em geral, as situações de risco e obstáculos ao exercício do trabalho jornalístico são, de modo ambíguo, senão paradoxal, fonte de estresse e prazer. Se o *dead-line* é motivo

para permanente angústia e reclamação da categoria, dele também resulta um certo prazer assumido pelo jornalista, pois lhe dá a curiosa e irreal sensação de vitória sobre o próprio tempo. Cristina Ponte destaca que o risco é um dos elementos base de identificação simultaneamente interpretativa e imaginária do trabalho jornalístico:

Interpretativa pela situação *arriscada* de cobertura no terreno de situações de conflito e de exercício profissional em quadros de ausência de respeito pelo exercício desse direito e que exige tomadas de decisão que confrontam constrangimentos com valores profissionais éticos. Também encontramos a idéia de *risco* na intensa incerteza e no próprio espaço da redacção em processos de decisão quotidiana, feitos sob fortes constrangimentos de tempo: *risco* nas decisões editoriais de agendamento e tratamento de temas, na situação concorrencial de disputa de mesmas audiências, na avaliação pública contínua a que são sujeitas as suas produções (PONTE, 2005, p.144).

A autora chama a atenção ainda para o fato de que, entre os elementos constitutivos do imaginário coletivo dos jornalistas, o risco e o imprevisível surgem como oposição a um trabalho organizado por rotinas. Seria, assim, o jornalismo uma atividade de não-rotina – algo muito presente no discurso dos profissionais experientes quanto dos que estão ingressando na profissão ou se preparando para fazê-lo. Uma percepção que, não exatamente encontre correspondência no real, como visto anteriormente, a partir de Wolf, quando o autor aborda o *newsmaking*. Referindo-se a importância das fontes estáveis e às matérias frias para o jornalismo, Wolf assinala que essa dependência das pautas programadas coloca em xeque a visão de que o jornalista seria alguém que se dedicaria, privilegiadamente, como já se mencionou, à caça de notícias (WOLF, 1999).

Mesmo uma rápida verificação nos anais e documentos aprovados nos últimos congressos da Federação Nacional dos Jornalistas, que congrega os sindicatos profissionais estaduais da categoria no Brasil, nos mostra que essas entidades em nível regional e nacional defendem intensa e publicamente a formação superior para o exercício da profissão de jornalista. Defendem ainda ensino de qualidade, crítico e capaz de formar um profissional atento aos conflitos e contradições do mundo. Como estabelecido na *Carta de Porto Alegre*, documento-síntese divulgado em Agosto de 2010, após o encerramento do 34º Congresso Nacional dos Jornalistas, em que se conclamou os mais diversos setores sociais para a tentativa de reversão da desregulamentação da profissão de jornalista.

Há no país uma ação permanente patrocinada pelos grandes grupos de comunicação para desqualificar o Jornalismo, confundindo propositadamente a produção de informação jornalística com entretenimento, ficção e mera opinião.

Igualmente, a categoria dos jornalistas sofre ataques à sua constituição e organização.

Por isso, mais uma vez, os jornalistas brasileiros afirmam a defesa da regulamentação da profissão e conclamam a sociedade a apoiar a luta pela aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), em tramitação no Congresso Nacional, que restituem a exigência da formação de nível superior específica para o exercício da profissão (FENAJ, 2010).

A leitura dos anais das últimas três edições dos congressos nacionais dos jornalistas brasileiros, de (2006, 2008 e 2010) leva a relevantes teses e moções que tiveram como tema a formação em nível superior para o jornalista, mas não se observa uma preocupação em termos da problematização conceitual-nocional do campo profissional, a partir dos estudos e pesquisas finalizados e em andamento e que apontam para preocupantes distorções e incongruências no trabalho do profissional jornalista.

Valoriza-se, privilegiadamente, o discurso em torno da qualidade da formação em nível de graduação. Como definiu uma das teses aprovadas no Congresso Nacional dos Jornalistas, em junho de 2006, em Ouro Preto, as entidades entendem que as bases para o fortalecimento e a valorização da profissão e conseqüentemente, a organização dos jornalistas e a prática de um jornalismo cumpridor de sua função social “estão fincadas na qualidade do ensino de jornalismo, a partir da formação universitária de graduação específica como um dos pilares para o exercício pleno da atividade jornalística” (FENAJ, 2006).

Em 1997, no estado do Espírito Santo, quase dez anos antes do Congresso de Ouro Preto, a Fenaj havia promovido um congresso nacional extraordinário específico para discutir a qualidade da formação do jornalista. Nesse congresso, foram lançadas as bases para um programa nacional de estímulo à qualidade do ensino do jornalismo. O Programa propôs, entre outras coisas, que “só a formação através de um curso superior específico especializado pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação à atuação” dos profissionais jornalistas. Também sustenta que a formação do jornalista seja concebida “a partir da percepção do seu papel singular de produtor de conhecimento e de cultura, através de uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de

informações que são usadas pelos indivíduos para perceberem e situarem-se diante da realidade” (FENAJ, 2006).

Observe-se que a discussão acerca da qualidade da formação profissional tem seu foco apenas na graduação. Os textos apenas mencionam, por exemplo, que a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) assina a proposta do programa de estímulo à qualidade na formação. Mas pára por aí. Não se discute e nem se projeta uma efetiva aproximação em termos de qualificação profissional dos jornalistas e o meio acadêmico. Muito menos se menciona a importância de que as práticas da área sejam problematizadas à luz dos inúmeros e já consistentes estudos existentes. Nos anais do Congresso de 2006, uma rápida formulação, nesse sentido, mostra a timidez com que esse aspecto é percebido. Destacou-se, na verdade, a atualização e reciclagem profissional, preconizando-se que o programa de atualização profissional da Fenaj deveria ministrar “os módulos e/ou os seminários propostos de acordo com as necessidades locais”. Previa-se também que a Fenaj deveria promover o aprimoramento e intensificar a implantação de mais uma modalidade de estímulo à integração da categoria com o meio acadêmico (estudantes, professores e instituições).

No 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo em agosto de 2008, o debate acerca da relevância e formas de operacionalização do programa de estímulo à qualidade da formação do jornalista ganhou novamente destaque. Mas o foco permaneceu, agora exclusivamente, na formação em nível de graduação. Destaque para o fato de que o documento, originado em 1997, havia recebido importante atualização e não apenas abordava a questão da qualidade, mas estabelecia critérios e parâmetros de qualidade a serem observados junto aos cursos de jornalismo, com a proposição, inclusive, de uma forma alternativa de avaliação dos mesmos. Novamente não se mencionou necessidade, importância ou sequer possibilidade de uma aproximação entre as redações – entenda-se, os profissionais que nelas atuam - e o campo teórico. A constituição, assim por dizer, da interlocução entre a prática profissional e os pesquisadores que se dedicam a procurar entendê-la em sua enorme complexidade.

Ainda em 2008, a Fenaj publicou a coletânea *Formação Superior em Jornalismo* que teve a organização de textos por Valci Zuculotto e Sérgio Murillo de Andrade, então presidente da Federação. No livro, estudiosos, juristas e profissionais articularam idéias e argumentos em defesa da manutenção da exigência da formação em nível superior

específica para o exercício do Jornalismo – obrigatoriedade que poucos meses depois foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal

Em um dos textos da coletânea, Eduardo Meditsch explicita uma série de polêmicos pontos em relação não apenas à formação profissional, mas o próprio lugar do jornalismo em termos da academia e em relação às ciências e do próprio jornalista na sociedade. Ao sugerir a pertinência da autonomização do campo do jornalismo em relação à área da Comunicação Social, Meditsch destaca que “na formação profissional [do jornalista], o importante seria consolidar as experiências específicas, ao invés de cair na tentação de formar um “jornalista polivalente (ou ‘comunicador’) [...]” (MEDITSCH,2008, p.31).

A despeito da já longa e forte polêmica a que o posicionamento acima se refere, Meditsch também parece enxergar a existência de um grande hiato entre o conhecimento produzido academicamente e o exercício profissional do jornalismo. Para o autor, além de consolidar o jornalismo como disciplina de direito próprio, é preciso

elevar igualmente sua prática científica, se aproximar da realidade, buscar resposta aos problemas relevantes para a profissão, projetar e construir competência profissional para o presente e o futuro, assumindo a vanguarda tecnológica, e distinguir a qualidade no jornalismo, apontando erros e alternativas pragmáticas para seu aprimoramento. (MEDITSCH,2008, p.34).

Meditsch destaca ainda outro importante aspecto – nem toda teoria que se anuncia como vetor de compreensão e possibilidade de qualificação para o exercício do jornalismo, assim deve ser percebida. Para o pesquisador, é urgente demarcar a especificidade epistemológica que, muitas vezes não está clara nem mesmo para os próprios pesquisadores do jornalismo. “É preciso, salienta o autor, não ignorar, mas recolocar as questões suscitadas pelos estudos de jornalismo realizados por outras disciplinas: desmitificar a desmitificação do jornalismo” (MEDITSCH, 2008, p33).

Percepção distinta apresentou o pesquisador Nelson Traquina em entrevista concedida ao autor deste artigo em 2007. Traquina demonstrou ceticismo em relação a uma aproximação entre o jornalista profissional e o campo teórico que aborda e reflete sobre suas práticas e modo de presença na sociedade. Para Nelson Traquina, é fato inegável que “as pessoas que fazem as notícias lêem pouco sobre o jornalismo. Estão pouco interessadas no estudo do jornalismo. E, com isso, há pouca troca de contribuições entre as pessoas que estudam jornalismo e as pessoas que, no dia-a-dia, fazem as notícias (TRAQUINA, 2007)”. O pesquisador Nelson Traquina destaca que o próprio jornalista não tem, muitas vezes, a compreensão da complexidade de seu trabalho. No entendimento do pesquisador português,

o profissional jornalista trabalha com uma meta: completar o seu dia, fazer sua notícia, fechar o seu jornal. Há, diariamente, uma seqüência de desafios que os jornalistas têm que vencer para dar conta de seu trabalho. Isso faz com que os jornalistas não percebam as complexidades que realmente existem na sua atividade. Acima de tudo, eles querem realizar, cumprir a tarefa de hoje. Estão pressionados para que isso ocorra pelo fator tempo, além de vários outros. Por isso mesmo, têm dificuldade de reconhecer essas complexidades, ao contrário das pessoas que estudam o jornalismo. Isso acaba por levar o jornalista, por exemplo, a situações como simplificações em uma cobertura. Em uma determinada situação em que haja muitas divergências, ou seja muitas posições, ele tende a ouvir apenas o 'a favor' e o 'contra', sem ouvir outras opiniões, não tendo sensibilidade para outras divergências ali existentes que poderiam dar a real dimensão da informação (SALOMÃO, 2007).

O presente artigo, enfim, apresentou-se como portador de uma pergunta, ou quem sabe, uma angústia: o que dificulta ou inibe o acolhimento por parte do campo profissional do jornalismo das reflexões resultantes de efetivos estudos que apontam para situações de sombra e descaminhos, sejam de natureza técnica, estética e/ou ético-deontológica? No caso do jornalismo brasileiro, é curioso perceber como gerações seguidas de jornalistas se deparam, mesmo que separadas por décadas, com as mesmas perguntas e níveis de falta de padronização tão próximos no que diz respeito aos protocolos (ou falta deles) para o exercício cotidiano da profissão. Seria esse um processo resultante de uma cultura profissional que, no fundo, parece não privilegiar aspectos conceitual-normativos, mas valorizar elementos como a intuição e a vocação? Em que nível a percepção romântica da profissão – se for este o caso - fragiliza institucionalmente o jornalismo e acaba por fortalecer o poder da própria imprensa, entendida aqui na sua condição empresarial (meios e recursos) e político-ideológica? Em função do que se disse até agora, e no modelo de jornalismo que prevaleceu no Brasil a partir da segunda metade do século passado, seria o jornalista um trabalhador intelectual condenado a apenas figurar como peça de engrenagem industrial de uma produção em série?

Tão importante quanto destacar esse aspecto é aqui também mencionar que há, desde a origem de tudo isso, posicionamentos que apresentam divergências fundamentais (quando não fundamentalistas) quanto ao debate sobre a essência e a forma da formação profissional do jornalista, sobre a abordagem das complexidades da atuação deste na sociedade, além do jornalismo como campo teórico e sua relação com as ciências sociais e humanas – sendo que esta última discussão se torna ainda mais aguda quando se trata da área de conhecimento da comunicação.

Como mencionado neste artigo, os jornalistas profissionais e as entidades que os congregam são defensores de primeira coluna da formação em nível superior e de qualidade para o exercício da profissão. Curiosamente, no entanto, em nenhum documento pesquisado

para este artigo se fala, explicitamente, na relevância de qualquer nível de conexão entre os conhecimentos produzidos no meio acadêmico e as necessárias reflexões de que tanto se resente a prática jornalística profissional. Há, inegavelmente, no campo teórico e das investigações empíricas acerca do jornalismo e da imprensa que o institui, relevantes conceitos, análises e prescrições que, se percebidas na sua essencialidade, certamente poderiam fazer da práxis jornalística uma atividade menos intuitiva e permanentemente re-inaugural.

Cabe bem aqui recuperar as reflexões de Luiz Martino (2008), em que o autor aborda o campo da comunicação e suas teorias. Assinala Martino que o profissional de comunicação é um intelectual e não uma “máquina de xerox” (MARTINO, 2008, p.30). E que, como intelectual, trabalha com idéias. Um fotógrafo, assim, seria alguém que tem a capacidade de pensar através da fotografia, não sendo apenas um “dedo sobre o botão”. Assim como o jornalista, que não só apresenta, “mas se detém nas discussões sobre os problemas da atualidade” (MARTINO, 2008, p.31). O autor salienta a natureza intelectual do profissional dessa área:

Então, um profissional de comunicação tem muito a ganhar em entender o que é uma teoria. Ele não é teórico, mas tem muito a ganhar ao entender o que é um pensador, que trabalha com idéias, com interpretações. O que ele faz é algo próximo ao que faz o cientista.

[...].Ciência e campo profissional têm muito a ganhar quando conectados. Se o profissional encontra, na ciência, matéria para o seu pensamento e para sua auto-formação, o cientista, por sua vez, encontra na vida profissional o objeto sobre o qual pensar, que são as práticas desses comunicadores, o significado dessas práticas para a sociedade, a razão de ser desses comunicadores para a sociedade (MARTINO, 2008,p.31).

Ninguém duvidará que as teorias, na sua coerência e precisão, podem iluminar o caminho futuro, que está à frente, e tornar as práticas profissionais mais lúcidas, contribuindo para que o jornalismo cumpra suas funções e papéis sociais. Alternativa outra pode ser deixar-se levar pelo falseado clareamento da experiência que cotidianamente eclode das rotinas cotidianos da prática profissional não reflexiva e, por isso mesmo, retroalimentadoras de alguns vícios e mitos tão caros ao jornalismo.

Referências

ALSINA, Miquel R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1989.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim,1996.

- BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Em busca da cena primária**. Copião do autor, 1998.
- FENAJ, 2006. Anais do 32º Congresso Nacional dos Jornalistas. Ouro Preto, 2006. Disponível em <http://www.fenaj.org.br> em 25.10.2010.
- FENAJ, 2008. Anais do 33º Congresso Nacional dos Jornalistas. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.fenaj.org.br> em 25.10.2010.
- FENAJ, 2010. Carta de Porto Alegre. Disponível em <http://www.fenaj.org.br> em 25.10.2010.
- MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. Porto Alegre - século XIX. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MARTINO, Luiz C. O campo da comunicação e suas teorias. *In: Comunicação: saber arte ou ciência?* KUNSCH, Dimas A. & BARROS, Laan Mendes de (orgs.). São Paulo: Plêiade, 2008.
- MEDITSCH, Eduardo. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino do jornalismo na sociedade da informação. *In: Formação superior em jornalismo*. Florianópolis: Fenaj, 2008.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis, Vozes, 2009.
- SALOMÃO, Mozahir. Jornalistas não ligam para a teoria. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=433DAC001> em 31/10/2010.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Coimbra: Vega, 2000.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Journalists and theory: conciliation possible?

Abstract

This paper proposes a reflection about the journalism professional practice. It is presumed that the theories, concepts and notions developed, in the last decades and all over the world, to support the journalism practice as a field of knowledge and a social influence vector have little influenced or contributed to diminish many of the main deviations, incongruity and deficiencies that have already been diagnosed within its field. In summary, the question is: why the theoretical studies in the journalism field have little contributed to improve its professional exercise? This question seems to increase its relevance whenever it considers that as far as journalism functions of mediating and setting the every day life by its socio-technical means, the journalism itself have experimented important transformations in its enunciation modes of production and distribution by which it attempts to introduce to its public their everydayness.

Keywords

Journalism, theories, professional practices.

Periodistas y teoría: ¿conciliación posible?

Resumen

Este artículo plantea una reflexión que parte del presupuesto de que las teorías, los conceptos y nociones desarrollados especialmente en las últimas décadas en todo el mundo acerca del periodismo, como campo de conocimiento y vector de influencia social, parecen influenciar o contribuir poco para mitigar muchos de los principales desvíos, incongruencias y deficiencias históricamente diagnosticados en relación con el hacer periodístico. En resumen, se pregunta: ¿por qué los estudios teóricos del periodismo contribuyen poco para mejorar las prácticas profesionales de este campo? Dicha interrogante parece ganar aun más relevancia a medida que, en términos de su función de encuadre y mediación del cotidiano y en sus conocidas formas de dispositivo sociotécnico, el propio periodismo experimenta importantes cambios en sus modos de producción y distribución de los enunciados a través de los cuales intenta presentar a sus públicos el cotidiano donde ellos se encuentran.

Palabras-clave

Periodismo, teorías, prácticas profesionales.

Recebido em 09/09/2011

Aceito em 05/10/2011

Copyright (c) 2011 Autor(es) / Copyright (c) 2011 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal. Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.

